



PROBLEMAS DE GÊNERO DOS HOMENS NEGROS: MASCULINIDADES NEGRAS ATRAVÉS DAS PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E DECOLONIAL

Daniel dos Santos¹

Resumo: O principal objetivo deste artigo é problematizar questões relacionadas às masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial. A partir de referenciais teóricos de intelectuais afro-americanas, não-brancas e periféricas, pretende-se desenvolver um exercício de reflexão e discussão acerca dos homens negros e os problemas que emergem das relações inter-gêneros racializadas. Este artigo é também uma tentativa de articulação entre as epistemologias mencionadas e o *#TheGangstaProjectII*, projeto de investigação científica sobre as masculinidades negras na cultura Hip Hop dos Estados Unidos, no qual as contribuições da crítica feminista não-hegemônica serão priorizadas no processo de reestruturação do seu arcabouço teórico-metodológico.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Feminismo Negro; Feminismo Decolonial; Masculinidades Negras.

BLACK MEN PROBLEMS: BLACK MASCULINITIES THROUGH THE PERSPECTIVES OF BLACK AND DECOLONIAL FEMINIST THINKING

Abstract: This article's main objective is to problematize issues related to black masculinities through the perspectives of black and decolonial feminist thinking. Based on the theoretical references of afro-american, non-white and peripheral intellectuals, we intend to develop an exercise in reflection and discussion about black men and the problems that emerge from racialized inter-gender relations. This article is also an attempt to articulate the mentioned epistemologies and the *#TheGangstaProjectII*, a scientific investigation project on the black masculinities in the Hip Hop culture of the United States, in which the contributions of non-hegemonic feminist critics will be prioritized in the process of restructuring its theoretical-methodological framework.

Keywords: Race; Gender; Black Feminism; Decolonial Feminism; Black Masculinities.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: imperadormacu@gmail.com



PROBLEMAS DE GÉNERO DE LOS HOMBRES NEGROS: MASCULINIDADES NEGRAS A TRAVÉS DE LAS PERSPECTIVAS DEL PENSAMIENTO FEMINISTA NEGRO Y DECOLONIAL

Resumen: El objetivo principal de este artículo es problematizar cuestiones relacionadas con las masculinidades negras a través de las perspectivas del pensamiento feminista negro y descolonial. A partir de referencias teóricas de intelectuales afroamericanas no blancas y periféricas, pretendemos desarrollar un ejercicio de reflexión y discusión sobre los hombres negros y los problemas que surgen de las relaciones intergéneros racializadas. Este artículo también es un intento de articular las epistemologías mencionadas y el *#TheGangstaProjectII*, un proyecto de investigación científica sobre las masculinidades negras en la cultura Hip Hop de los Estados Unidos, en el que las contribuciones de la crítica feminista no hegemónica serán priorizadas en el proceso de reestructuración de su marco teórico-metodológico.

Palabras-clave: Raza; Género; Feminismo Negro; Feminismo Decolonial; Masculinidades negras.

PROBLÈMES DE GENRE DES HOMMES NOIRS: MASCULINITÉS NOIRES AU TRAVERS DES PERSPECTIVES DE LA PENSÉE FÉMINISTE NOIRE ET DÉCOLONIALE

Résumé: Le principal objectif de cet article est de problématiser des questions liées aux masculinités noires au travers des perspectives de la pensée féministe noire et décoloniale. À partir de références théoriques d'intellectuels afro-américains, non blanches et périphériques. L'article prétend développer un exercice de réflexion et de discussion autour des hommes noirs et des problèmes qui découlent des relations inter-génères radicalisées. Cet article est également une tentative d'articulation entre les épistémologies mentionnées et *#TheGangstaProjectII*, projet d'investigation scientifique sur les masculinités noires dans la culture Hip Hop des Etats Unis, dans lequel seront accordées des priorités aux contributions de la critique féministe non hégémonique dans le processus de restructuration de son cadre théorique-méthodologique.

Mots-clés: Race; Genre; Féminisme Noir; Féminisme Décolonial; Masculinités Noires.

QUE HOMEM É ESSE NA TEORIA FEMINISTA?

Sexo e Temperamento (1935) é uma das obras intelectuais que desencadearam o processo de efervescência política e exerceram grande influência no pensamento da segunda onda do Feminismo² nos Estados Unidos da década de 1960. Escrita pela

² A segunda onda do Movimento Feminista (1960-1980) foi marcada por uma tentativa de unificação e homogeneização das mulheres em uma única e singular identidade feminina pelas feministas históricas. Havia o repúdio a qualquer envolvimento do Movimento Feminista com o Estado e as políticas liberais de



antropóloga Margaret Mead, os registros e análises etnográficas de civilizações das ilhas trobriandenses de Papua Nova Guiné causaram um grande impacto na sociedade estadunidense, incitando as mulheres a tensionarem as relações de gênero a partir do questionamento dos papéis, *status*, hierarquias, princípios e normatividades estabelecidos e, principalmente, naturalizados através das conjunturas históricas por uma cultura profundamente marcada pela supremacia masculina e subordinação das mulheres pelos homens. O processo árduo e ainda inacabado de desnaturalização e o estabelecimento da categoria gênero enquanto uma categoria de extrema relevância para significar e analisar as relações de poder nas sociedades são alguns dos fatores que causaram não só modificações no pensamento antropológico, mas também na mentalidade coletiva ocidental.

O trabalho etnológico de Margaret Mead ajudou a desestruturar o paradigma da naturalização dos padrões culturais estabelecidos e impostos nas sociedades. A regularidade e citacionalidade dos comportamentos e práticas de determinado povo já vinham sendo questionadas a partir do conceito de cultura proposto por Franz Boas, desde o fim do século XIX. O fascínio que o discurso da naturalidade exercia sobre a cultura começou a ser neutralizado quando a noção de padrões culturais foi proposta e a funcionalidade da cultura sobre os processos de subjetivação e moldagem das personalidades dos sujeitos em tipos-padrões começou a ser problematizada. Os processos de corporificação dos padrões culturais e configuração das subjetividades dos indivíduos movidos pela força da cultura é um dos fenômenos centrais de análise de Margaret Mead: seus estudos e pesquisas engendraram grandes contribuições para o pensamento desenvolvido por mulheres em tempos nos quais a categoria gênero não era uma grande preocupação científica³. Em *Sexo e Temperamento* temos acesso a três

desenvolvimento, bloqueando as infiltrações das reivindicações feministas nas políticas neoliberais através da contestação crítica dos discursos de desenvolvimento. A oposição de esquerda aos governos ditatoriais militares na América Latina, as críticas ao forte masculinismo da esquerda e a implementação de uma educação popular para conscientização política das mulheres dos setores sociais populares (trabalhadoras, pobres, negras, indígenas, dentre outras) foram práticas políticas recorrentes desse período.

³ É válido ressaltar que Margaret Mead, dentre outras mulheres cientistas, estavam submetidas aos paradigmas da ciência moderna, que segundo Cecília Sardenberg (2002) objetificou as mulheres, negou-lhes a capacidade e autoridade do saber, produziu uma série de conhecimentos que nunca promoveram a emancipação feminina, estruturou os discursos patriarcais a partir de uma perspectiva androcêntrica, alimentou e reproduziu as hierarquias de gênero. A crítica à ciência moderna é uma das pautas das agendas feministas na atualidade. Segundo Sardenberg (2002), pensar em uma ciência feminista é provocar desconstruções dos paradigmas modernos e iluministas (como a objetividade, neutralidade e



panoramas etnológicos interessantíssimos para refletirmos sobre a naturalidade da cultura fora da lógica ocidental e moderna que os padrões europeus coloniais nos imporam nas relações de força enquanto lentes de leitura do mundo. Aliás, os tempos de implementação dos projetos neocoloniais imperialistas fizeram emergir a ciência antropológica que muitas vezes foi utilizada como um eficiente instrumento de dominação e exploração europeia dos povos classificados pelas narrativas científicas etnocêntricas como bárbaros, incivilizados e selvagens.

As descrições e análises densas de Margaret Mead das etnias Arapesh, Mundugumor e Tchambuli são encantadoras e fascinantes. As imagens dos padrões culturais que compõem *Sexo e Temperamento* ainda perturbam de maneira significativa os padrões culturais ocidentais, especialmente os padrões de gênero que insistem em ser discutidos sob os binarismos e normatividades de nossa mentalidade disciplinada historicamente. Mead nos faz refletir sobre como os padrões culturais de determinadas sociedades produzem realidades diferentes, e como essas realidades produzem comportamentos e práticas marcadas por determinada regularidade que se repetem exaustivamente no tempo e no espaço. Possuindo centralidade nas culturas humanas, os padrões culturais são corporificados pelos indivíduos e transmitidos de maneira geracional, possuindo a linguagem como principal mecanismo de transmissão. A identificação dessa dinâmica arbitrária, compulsória e normativa por Mead, que em nossos tempos a filósofa Judith Butler (2015) caracterizou como performatividade de gênero, é uma grande contribuição para as teorias feministas, mesmo que concebida em condições de extrativismo intelectual, prática recorrente da ciência antropológica.

As configurações de masculinidades dos homens das civilizações descritas em *Sexo e Temperamento* causam estranhamento aos padrões culturais de gênero que nossos corpos estão (mal) acostumados a performatizar. Seja o comportamento e coesão social pacíficos entre homens e mulheres habitantes das montanhas arapesh, a visceralidade bélica e antropofágica dos homens e mulheres mundugumor ou a “inversão” dos papéis sociais dos homens e mulheres tchambuli, caracterizados por nós ocidentais por paradoxos androcêntricos e herméticos (masculino x feminino), Mead

parcialidade ilusórias da ciência), criando uma ciência fundamentada na prática política, compreendendo também um projeto de transformação das relações de gênero, construção de novas epistemologias que desmitifiquem a ciência moderna e estabeleça a produção de conhecimentos situados e saberes localizados. Margaret Mead, portanto, possui relevância para poder pensar em uma ciência feminista.



nos provoca a pensar em outras possibilidades de generificação de corpos e apresenta uma abordagem relacional para questões de masculinidades e feminilidades. Margaret Mead mesmo não possuindo conscientemente essa intenção, é uma das pioneiras em problematizar as masculinidades e os homens negros na teoria feminista. Sim: *Sexo e Temperamento* é um tratado sobre masculinidades e feminilidades negras não-ocidentais. Porém, sabemos que há limites e ordens discursivas em sua obra. O fato das dificuldades em ser mulher e pesquisadora como denuncia sua biografia não a isenta de seu olhar outrificador e exotificador orientado pelo etnocentrismo de uma ciência antropológica demasiadamente racista.

Mesmo reconhecendo os padrões culturais das sociedades trobriandenses, Margaret Mead desafiava inconscientemente o caráter universalizante das categorias homem e mulher, mesmo com a ausência da categoria gênero⁴ caracterizada por ela como sexo. Aplicar a categoria gênero para desenvolvimento de estudos e análises antropológicas de sociedades não-ocidentais e/ou pré-coloniais⁵ é até hoje um grande problema, pois classificações como a divisão sexual do trabalho das sociedades “simples” são frequentemente utilizadas, já que noções como gênero e patriarcado não compõem o vocabulário cultural vernacular de várias civilizações. Entretanto, o reconhecimento de padrões culturais de civilizações consideradas pelo discurso neocolonial e imperialista como inferiores, animais, incivilizadas, bárbaras e selvagens é reconhecer, de certa forma, o caráter humano dos sujeitos que as compõem. Afinal, só seres humanos são produtores e detentores de cultura. Não é nenhuma novidade que as políticas europeias, desde os projetos coloniais de construção de impérios ultra-marinos na Modernidade, desumanizavam homens e mulheres negrxs e

⁴ Segundo a historiadora Joan Scott (1995), o conceito de gênero só foi popularizado na prática científica a partir da década de 1980 e foi proposto pelo pensamento feminista para provocar uma ruptura epistemológica e paradigmática nas ciências ocidentais. O conceito era aplicado pelas cientistas feministas para se referir às organizações sociais das relações entre os sexos e como uma maneira de referir às origens sociais das identidades subjetivas dos sujeitos, compreendendo uma categoria imposta sobre os corpos sexuados ao longo da história que tem como principal finalidade identificar as construções sociais dos papéis de homens e mulheres bem como os processos de subordinação feminina. O conceito de gênero começou a rejeitar o determinismo e as justificativas biológicas para as categorias sexo e diferença sexual do pensamento feminista radical e a ressaltar a relevância do caráter relacional das definições normativas de feminilidades e masculinidades.

⁵ Sobre essa questão ver: CARBY (2002) E CURIEL (2018).



ameríndixs⁶ através do sistema escravocrata para construção da hegemonia e estabelecimento da ordem mundial do Velho sobre o Novo Mundo.

O pensamento de bell hooks (1995) nos relembra sobre o processo de desumanização de homens e mulheres negrxs e o quanto esse fenômeno corroborou para a reificação do caráter universalista de homem e mulher pela Europa na Idade Moderna. Os fundamentos das estruturas do pensamento ocidental consolidados pela modernidade europeia negavam veementemente a humanidade aos sujeitos não-brancos e não-europeus, lançando-os no precipício da ideia de natureza. Segundo bell hooks (1995), a ideia de natureza compreendia uma metáfora de um reino totalmente desregrado, caótico, passível de submissão, dominação e governo. Houve o estabelecimento de uma associação simbólica entre a ideia europeia de natureza e os homens e mulheres negrxs, configurando uma espécie de dispositivo de dominação. Dinâmicas de expulsão simbólica do caráter humano dos corpos negros eram frequentemente praticadas pelos sistemas coloniais escravocratas. Não sendo consideradxs detentores de razão, homens e mulheres negrxs foram interpeladxs por um profundo *status* de inferioridade e abjeção no imaginário coletivo ocidental, reinventado e reproduzido até hoje nas políticas de representação do racismo contemporâneo, além de serem posicionadxs de maneira ambígua e complexa em hierarquias de poder atravessadas por marcadores sociais da diferença de raça, gênero e classe.

Sendo assim, apesar de contaminado por etnocentrismos, o pensamento de Margareth Mead corrobora para o reconhecimento de uma humanidade intrínseca às populações negras das Ilhas Trobriandenses, sendo elas atingidas de maneira fulminante pelos discursos científicos racialistas do início do século XX. São homens e mulheres negrxs produtorxs de padronagens culturais autênticas e singulares que colocam em xeque valores ocidentais seculares impostos ao mundo pela Europa. Porém, a ideia universal de humanidade permaneceu esplêndida em sua hegemonia durante todo o século XX e foi o principal alvo da crítica feminista negra. Possuindo uma relevância indubitável para a ciência, militância e ativismo das mulheres no mundo, as epistemologias feministas, principalmente as produzidas por intelectuais brancas europeias, reproduziram uma noção de homem/mulher, masculino/feminino a partir de

⁶ Nesse artigo são utilizados em alguns momentos a linguagem não-binária e o estilo ensaístico enquanto recursos linguísticos e textuais, com o intuito de praticar um exercício descolonial de subversão do discurso.



perspectivas etnocêntricas e racistas, problematizando um patriarcado que nunca compreendeu homens negros assentados nos tronos da supremacia masculina.

A historiografia das teorias feministas compreende processos sistemáticos de crítica e combate ao patriarcado, porém esse é um patriarcado de supremacia branca que construiu e ainda mantém sua hegemonia nas hierarquias de poder. Grande parte das contribuições teóricas feministas foram produzidas por mulheres brancas eurodescendentes que direcionavam seus discursos aos homens igualmente brancos eurodescendentes. As problematizações sobre os homens das classes trabalhadoras e suas masculinidades subalternizadas incitadas pelo pensamento feminista marxista já denunciavam indiretamente que as hierarquias econômicas estabelecidas entre homens e mulheres não bastavam para poder compreender a complexidade das relações inter-gêneros, e que o marcador da diferença de classe diferenciava homens e mulheres, como também os homens entre si nos jogos de poder. Os paradoxos de classe também compreendem intra-hierarquias entre masculinidades proletárias e hegemônicas, nas quais os dividendos patriarcais são distribuídos de maneiras bastante peculiares. Nas dinâmicas de distribuição dos privilégios de gênero, homens negros não participam da grande partilha, pois não são reconhecidos como homens.

O pensamento marxista de Alexandra Kollontai, como destaca Andrea Nye (1995), compreendia o Socialismo como um terreno fértil não só para transformações das estruturas macro-econômicas da sociedade, como também das relações inter-gêneros e propiciaria a liberação das mulheres. Porém, a revolução sexual conspirada pelos feminismos de influências marxistas sofreu com o bloqueio machista e sexista das autoridades institucionais socialistas, leninistas e marxistas que aprisionavam as questões sexuais e de gênero no âmbito do privado, transformando-as em espécies de tabus nos processos revolucionários, a exemplo da conjuntura política da Revolução Russa de 1917. A crítica de Kollontai⁷ argumentava que a reorganização dos modos de produção, que implicava também uma reeducação econômica da burguesia, não

⁷ Aliás, a crítica de Kollontai é considerada por mim como uma das pioneiras a introduzir as questões das masculinidades marginalizadas e subalternizadas na teoria feminista, algo que Raewyn Connell (2013) conceituou como masculinidades contra-hegemônicas ou masculinidades de protesto. Estas configurações de masculinidades emergem em situações de marginalização e subalternização de homens em oposição reativa às masculinidades hegemônicas, estabelecidas historicamente através das relações de força e estruturadas pelas hierarquias sociais, como as hierarquias de raça e classe. São espécies de masculinidades que subvertem e transgridem os padrões de masculinidades imperantes, que são variáveis entre as sociedades e compreendidas a partir de perspectivas relacionais. Ver: CONNELL; MESSERSCHMIDT (2013).



somente garantiria a emancipação feminina, pensada como uma consequência das transfigurações sócio-econômicas implementadas. Kollontai defendia a necessidade de estabelecimento de novas relações sociais inter-gêneros e, principalmente, políticas de reeducação dos homens, em especial os homens do proletariado. A criação do Estado socialista não eliminaria o direito de propriedade sobre as mulheres usufruídos pelos homens, principal alvo de ataque das feministas marxistas.

Andrea Nye (1995) ressalta a profundidade e relevância do pensamento de Kollontai, que atribui uma perspectiva de visão privilegiada do Feminismo Marxista em perceber que, mesmo em um contexto de subalternidade, os homens detentores de masculinidades do proletariado também podem ser corrompidos pelo poder de propriedade sobre as mulheres, dividendo oferecido pelo patriarcado hegemônico. Esta problematização se torna ainda mais complexa se relacionarmos às relações inter-gêneros racializadas: o modelo de propriedade dos homens sobre as mulheres será apropriado e reproduzido pelos homens negros em práticas de reivindicação do poder masculino negado e proibido no passado colonial escravocrata. Angela Davis (2016) argumenta que os dividendos patriarcais monopolizados pelos homens brancos colonizadores serão usufruídos pelos homens negros no pós-abolição como práticas masculinistas específicas de invenção da liberdade.

A teoria feminista de matrizes brancas e europeias corrobora para a desposseção simbólica da humanidade não só de mulheres negras como também de homens negros, por possuir como centralidade uma perspectiva narcísica e universalista de humanidade fundamentadas pelo racismo, tradição herdada do colonialismo. Só seres humanos podem corporificar e performatizar gêneros, e o pensamento racista ocidental não compreende sujeitos negrxs como humanos. Por muito tempo houve uma rejeição significativa às questões de gênero e sexualidade pautadas pelo pensamento feminista em determinadas vertentes do Movimento Negro por causa dessa questão e até hoje gera repulsas, atritos e divergências teóricas e políticas⁸. Por outro lado, houve historicamente um processo de omissão dos homens negros e das masculinidades negras nas teorias feministas, contemplados e incorporados na segunda metade do século XX como problemas da teoria feminista negra. A ausência do homem negro na teoria

⁸ Inclusive as relações entre os movimentos sociais de militância e ativismo de raça, gênero e sexualidade é algo ainda a ser estudado e pesquisado com maior profundidade.



feminista eurocêntrica⁹ é mais um sinal do racismo do feminismo branco europeu, que destituiu simbólica e discursivamente a humanidade dos corpos negros masculinos, excluindo-os das hierarquias de poder gendradas. O homem da teoria feminista nunca foi o homem negro, pois este não é um homem.

Não sou eu, negro, também um homem?

Os homens da teoria feminista branca e europeia não eram linchados publicamente, enforcados em árvores, mutilados genitalmente, incendiados, perseguidos, encarcerados compulsoriamente e viviam dia após dia sob o olhar do vigia, como se refere o *rapper* Mano Brown¹⁰ ao olhar outrificador racista. Suas esposas e companheiras não eram incubadoras de gerações de escravos, estupradas desde as senzalas coloniais e obrigadas a abortarem e matarem seus filhos para não vivenciarem os horrores da escravidão. Frederick Douglas em um discurso proferido em 1869 na Convenção da Associação Pela Igualdade de Direitos já denunciava o racismo extrínseco do movimento sufragista feminino estadunidense, sendo este um dos marcos relevantes da história do Movimento Feminista na América. As conjunturas políticas interseccionadas do processo de abolição do trabalho escravo e das lutas das mulheres pelo direito ao voto analisadas por Angela Davis (2016) em *Mulheres, Raça e Classe* constituem um relevante episódio histórico para a compreensão e desconstrução não só da lógica universalista de homem e mulher reproduzida pelos feminismos de matrizes brancas e eurocêntricas, como também da dissimulação e exclusão política de homens e mulheres negrxs dos projetos feministas em construção a partir do século XIX.

⁹ Se torna relevante informar aqui que este artigo é o resultado de uma avaliação da disciplina *Teorias Feministas I*, que integra a matriz curricular do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), ministrada pela Profa. Dra. Márcia Macedo no ano de 2018. Através desta disciplina pude ter maiores contatos com o pensamento desenvolvido pelas mulheres ao longo da história, a partir de um vastíssimo panorama intelectual organizado desde sua gênese com a primeira onda do Movimento Feminista até a atualidade. As reflexões, discussões e críticas desenvolvidas neste texto foram engendradas após um processo de imersão teórica e estão limitadas à bibliografia obrigatória selecionada pela docente na ementa da disciplina. A provocação inicial do processo de produção do artigo era identificar como as vertentes do pensamento feminista problematizaram as questões relacionadas aos homens negros e às masculinidades negras, estabelecendo conexões para o processo de construção de um novo arcabouço teórico-metodológico para o meu projeto de tese de Doutorado.

¹⁰ Referência à música “Diário de um Detento”, do álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997) dos Racionais MC’s.



Após a grande Guerra de Secessão, na qual as elites latifundiárias e escravocratas do Sul foram derrotadas pelas elites industriais e modernizadoras do Norte na disputa pela hegemonia política nos Estados Unidos entre 1861 e 1865, houve a criação da Associação Pela Igualdade de Direitos, fundada no ano de 1866. Com o objetivo de incorporar e associar as lutas pelo sufrágio feminino branco e o sufrágio masculino negro, foram desenvolvidas tentativas de ampliação de uma plataforma dos direitos das mulheres brancas e dos homens negros para uma plataforma dos direitos humanos. Podemos perceber de antemão que o projeto da Associação possuía uma intenção oculta de humanização, pelo menos em termos legais, das populações negras engajadas nas lutas pelo sufrágio universal: homens negros e mulheres brancas passavam a ter a mesma situação política, porém ambos desejavam possuir o direito ao voto.

Os posicionamentos das elites patriarcais eram convergentes e complexificavam a conjuntura política. O Partido Republicano, composto pela elite industrial e modernizadora, defendia e apoiava o sufrágio masculino negro objetivando a ampliação e expansão da hegemonia política do Norte sobre o Sul estadunidense no pós-Guerra Civil, promovendo a manutenção da supremacia masculina branca com a negação do sufrágio feminino às mulheres brancas, estratégia política que não significava a ampliação dos privilégios masculinos patriarcais aos homens negros. Em oposição, o Partido Democrata, integrado pela elite latifundiária e escravocrata, defendia e apoiava o sufrágio feminino branco objetivando a preservação da supremacia racial da branquitude estadunidense, promovendo a manutenção do *status quo* das hierarquias e relações raciais, estratégia que não significava a concessão de privilégios políticos da supremacia masculina branca às mulheres brancas.

Porém, Angela Davis (2016) ressalta que a construção de uma plataforma política em comum e a disputa pelo sufrágio foi marcada pela influência do racismo das sufragistas femininas brancas e do machismo e sexismo dos homens negros emancipacionistas, posicionando as mulheres negras em um interdito político. A defesa do sufrágio negro masculino enquanto uma prioridade política estratégica, uma arma política indispensável para emancipação negra e uma medida emergencial ao contexto do pós-abolição, apesar de serem medidas e atitudes políticas diante do cenário de terror racial que os homens negros estavam vivenciando, pode ser interpretada também como



uma espécie de política masculinista de reivindicação do *status* social de homem pelos negros dos Estados Unidos. O sufrágio era pensado por Douglas como uma urgência dos homens negros e somente para os homens negros, impotentes e descorporificados de sua humanidade nos jogos de poder.

Em contrapartida, as mulheres brancas sufragistas utilizaram a dissimulação discursiva para acusar homens negros de reivindicarem privilégios e dividendos patriarcais dos homens brancos, tentando conter um possível anseio negro coletivo de adentrar nos átrios do poder patriarcal, fortalecendo a ordem subordinadora de gênero que incidia sobre as mulheres. Líderes sufragistas como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony chegaram à conclusão que o apoio à causa abolicionista foi um grande erro de estratégia política, pois a evocação da supremacia masculina pelos homens negros poderia ser uma grande ameaça às mulheres. O racismo, egoísmo, elitismo e oportunismo das mulheres sufragistas estadunidenses foi camuflado por uma oposição ferrenha ao sufrágio masculino negro. É impactante o texto de uma carta pública escrita por Elizabeth Cady Stanton, divulgada no jornal *New York Standard* em 26 de dezembro de 1865, citada por Angela Davis (2016) e que, apesar de sua extensão, vale a pena a reprodução:

Embora esta seja uma questão sobre a qual os políticos ainda vão se desentender por cinco ou dez anos, o homem negro continua, de um ponto de vista político, muito acima das mulheres brancas instruídas dos Estados Unidos. As mulheres mais representativas da nação deram o melhor de si nos últimos trinta anos para garantir liberdade para o negro; e, enquanto ele ocupou o ponto mais baixo da escala dos seres, nós estivemos dispostas a defender suas reivindicações; mas agora que o portão celestial dos direitos civis move lentamente suas dobradiças, uma questão séria que se coloca é se agimos bem ao nos afastarmos para ver ‘Sambo’ ser o primeiro a entrar no reino. Como a autopreservação é a primeira lei da natureza, não teria sido mais inteligente manter nossas lamparinas prontas e acesas, para que quando a porta constitucional se abrisse nós nos aproveitássemos dos braços fortes e dos uniformes azuis dos soldados negros para entrarmos ao seu lado, tornando, desse modo, a passagem tão larga que nenhuma classe privilegiada conseguiria fechá-la novamente às cidadãs e aos cidadãos mais humildes da república? ‘Chegou a hora do negro.’ Temos garantia de que, assim que ele estiver protegido em todos os seus direitos inalienáveis, não será um poder a mais para nos deter? Não ouvimos ‘cidadãos negros do sexo masculino’ dizendo que acreditavam não ser inteligente estender o direito de sufrágio às mulheres? Por que deveriam os africanos se mostrar mais justos e generosos do que seus colegas anglo-saxões? Se os 2 milhões de mulheres negras do Sul não têm assegurados seus direitos individuais, de propriedade, de receber salários e de manter suas crianças, sua emancipação não é nada mais do que outra forma de escravidão. Na verdade, é melhor ser escrava de um homem branco instruído do que de um infame negro ignorante [...]. (DAVIS, 2016, p. 79).



Enquanto “Sambo”¹¹ se preocupava em deixar de ser uma criança bestial e bizarra para ser um homem forte e racional o suficiente para enfrentar a hegemonia do poder da branquitude neocolonial masculina, as mulheres negras eram condenadas ao inferno da negligência. Com representação política minoritária na Associação Pela Igualdade de Direitos, as mulheres negras estavam posicionadas no fogo cruzado entre homens negros emancipacionistas e mulheres brancas sufragistas. As fortes críticas de Sojourner Truth em divergência aos posicionamentos políticos de Frederick Douglas revelam a negação do direito do sufrágio às mulheres negras e alertava sobre os possíveis perigos que a emergência da superioridade masculina negra poderia causar para as mulheres negras se o direito do voto fosse concedido exclusivamente aos homens negros.

Mesmo pensando em um projeto emancipacionista para as populações negras tendo raça enquanto fator estrutural e estruturante das hierarquias e relações de poder no pós-Guerra Civil, os projetos dos homens negros não compreendiam ainda o quanto questões de gênero pesam de maneira insuportável como um fardo nas costas das mulheres negras. Nos laboratórios genocidas das *plantations* mesmo não havendo diferenças e problemas de gênero nas divisões do trabalho escravo em sua implementação, como demonstram os dados e relatos historiográficos apresentados por Angela Davis (2016), a exploração dos corpos das mulheres negras pelo sistema escravocrata implicava sim dimensões de gênero específicas que emergiram de maneira fulminante nos processos de invenção da liberdade no pós-abolição estadunidense. Simultaneamente asfixiadas pelos marcadores de raça e gênero, mulheres negras afundavam no pântano profundo da marginalização e subalternização social.

Aqui se torna uma necessidade configurar a zona de abjeção que as mulheres negras foram atiradas no pós-abolição estadunidense. A permanência dos trabalhos abnegados domésticos, o estabelecimento de contratos análogos ao regime de trabalho escravo ou como meeiras em sistemas de arrendamento de terras, o encarceramento e a exploração da mão-de-obra prisional e a extrema vulnerabilização às violências físicas e

¹¹ *Sambo* é um dos estereótipos raciais sobre o homem negro presente no imaginário racial dos Estados Unidos. É um menino negro que simboliza a infantilidade das pessoas negras, incapazes de tomar decisões, assumir responsabilidades e amadurecer, tornando-se adultas. As pessoas negras escravizadas eram simbolicamente representadas como “crianças crescidas”, que não conseguem viver sem as relações de dependência com seus senhores e vivem aprisionadas em uma atmosfera infantilizada e pueril. Tal qual crianças devem obedecer plenamente aos seus pais, as relações entre senhor e escravo no colonialismo eram marcadas por esse tipo de representação.



simbólicas, como os frequentes estupros e propagação de estereótipos raciais e de gênero no regime iconográfico de representação estabelecido no pós-abolição são fatores identificados por Angela Davis (2016) que evidenciavam a necessidade de um outro projeto político de emancipação, não só para as mulheres negras mas para as populações negras de forma geral. As críticas de mulheres negras como Sojourner Truth, como o icônico discurso “Não sou eu uma mulher?”¹², mencionado anteriormente, já tencionavam e denunciavam não só as opressões específicas sofridas, como também a necessidade de um novo significado de emancipação negra que contemplasse de maneira mais eficiente as complexidades de raça, gênero e classe que empurravam as mulheres negras para as camadas mais inferiores das estratificações sociais.

A política sexista e masculinista de reivindicação pelos homens negros do *status* de humanidade e cidadania como também a política feminista da branquitude racista e classista se tornavam então fracassadas desde o início por não contemplarem as complexidades do campo de forças no qual estavam imersxs. O legado do pensamento de Sojourner Truth nos mostra que a perspectiva política das mulheres negras pode ser uma valiosa ferramenta política de emancipação dos sujeitos subalternizados e marginalizados por possuírem uma visão singular e autêntica das relações de poder, em uma perspectiva empírica que valoriza as experiências dos sujeitos como recursos para construção de um verdadeiro projeto de emancipação humana, pautado no que hoje é conceitualmente intitulado como interseccionalidade¹³. De antemão, falar de uma perspectiva interseccional a partir do Feminismo Negro é um certo pleonasma, pois a

¹² Ver a leitura dramática da atriz Kerry Washington do discurso de Sojourner Truth em: <https://www.youtube.com/watch?v=QM7DNHjQKnQ>. Acesso em: 24 set. 2018.

¹³ Basicamente, o conceito de interseccionalidade foi sistematizado e popularizado por intelectuais negras, como a Kimberlé Crenshaw (2002). Tal conceito compreende a associação de sistemas múltiplos de subordinação que podem incidir simultaneamente sobre determinado sujeito, que pode carregar e sofrer cargas múltiplas de violência e opressão, sofrendo consequências drásticas engendradas pela interação entre dois ou mais eixos ou marcadores sociais das desigualdades. A perspectiva interseccional posiciona os sujeitos em um campo de forças atravessado por tensões, antagonismos que provoca a indução e reprodução dos paradoxos socioculturais, em convergência com o conceito de campo científico de Pierre Bourdieu. É válido ressaltar que a interseccionalidade não é uma balança para pesar os sujeitos e classificá-los em uma escala de quem sofre mais ou menos opressões. Como afirma o pensamento da feminista negra lésbica Audre Lorde, não existem hierarquias de opressão. Um dos objetivos da aplicação do conceito de interseccionalidade é constatar que determinados sujeitos estão mais propícios à vulnerabilidades e opressões, exigindo políticas específicas para eliminação destas. Para além de um conceito teórico, a interseccionalidade é uma ferramenta política para pensarmos em uma democracia para todos os indivíduos e corpos, compreendendo a prática do respeito à diversidade e multiplicidade da humanidade.



posicionalidade de mulheres negras como Sojourner Truth já compreendia uma produção de um pensamento interseccional. Falar de Feminismo Negro é evocar uma interseccionalidade intrínseca às realidades das mulheres negras.

Como diz um tradicional provérbio africano, não se pode construir uma casa a partir do telhado, e foi assim que as tentativas emancipacionistas de homens negros e mulheres brancas pós-Guerra Civil desmoronaram. Os fatos históricos evidenciam que um outro projeto emancipacionista, que atenda principalmente às pautas e demandas das mulheres negras, é extremamente necessário. Os projetos do Feminismo Negro atendem simultaneamente demandas de raça, gênero e classe através de uma perspectiva holística das relações socioculturais e poderia ser uma saída para o labirinto no qual homens negros e mulheres negras estavam perdidxs e aterrorizadxs pelo monstro do patriarcado de supremacia branca.

UM PROJETO FEMINISTA PARA OS HOMENS NEGROS?

As práticas políticas desenvolvidas por mulheres negras no decorrer da história revelam não somente estratégias de sobrevivência e resistência ao terror colonial como também ações que viabilizassem de maneira mais eficiente o processo de abolição do sistema escravocrata, já que as profundas estruturas de violência e opressão das populações negras se ergueram e se sustentam na categoria raça. Refletir sobre os projetos políticos implementados pelas mulheres negras ao longo dos tempos é um exercício de compreensão da incomensurável relevância das mulheres negras para o processo ainda inacabado de emancipação e conquista da cidadania civil plena das populações negras. Inúmeras mulheres invisibilizadas e silenciadas pelas narrativas historiográficas foram indispensáveis para a invenção da liberdade principalmente dos homens negros. Os sistemas clandestinos de fuga de pessoas negras escravizadas da *Underground Railroad* desenvolvido no século XVIII pela abolicionista Harriet Tubman e a valorização da educação¹⁴ enquanto instrumento libertador e emancipador

¹⁴ É válido ressaltar aqui que mulheres brancas também apoiaram e corroboraram para o processo de emancipação das populações negras, como destaca Angela Davis (2016). Figuras como Prudence Crandall, que no início do século XIX foi presa e teve sua escola fechada por defender o direito de meninas negras frequentarem sua escola em Connecticut; Margaret Douglas, que foi encarcerada por manter uma instituição de ensino para crianças negras em Norfolk – Virgínia, como também Myrilla Miner, que foi alvo de perseguições, ataques e ameaças racistas por educar crianças negras no Mississippi



por mulheres negras como Lucy Terry Prince, Catherine Ferguson e Susie King Taylor são grandes exemplos de como as perspectivas políticas das mulheres negras não estão hipnotizadas pelos fascínios do pensamento feminista de matrizes brancas e europeias, que não só negligenciaram as particularidades e especificidades das experiências de mulheres negras como também deixaram de problematizar os homens negros e o impacto das questões raciais nas políticas patriarcais.

Aliás, esse é um dos principais fatores de influência que corroboraram para a emergência do Feminismo Negro contemporâneo, historicamente instituído na década de 1970 e que tem como um dos documentos fundadores mais emblemáticos o manifesto do coletivo *Combahee River* (1977), composto em sua maioria por mulheres negras lésbicas estadunidenses que se mobilizavam politicamente desde o ano de 1973. Nesse potente manifesto, mulheres negras começaram a assumir e a reverberar com mais força todo o legado de resistência das mulheres negras ao patriarcado de supremacia branca instituído nas Américas pelo colonialismo escravocrata europeu. Posicionando as mulheres negras enquanto incorporações adversas do domínio branco masculino, o coletivo *Combahee River* inaugurou uma nova era para as lutas de ativismo e militância das mulheres negras, que sempre estiveram fornecendo suporte para os movimentos feministas e suportando os elitismos e sobretudo racismos das mulheres brancas. As falsas e hipócritas experiências de luta pela libertação feminina, a limitação dos discursos dos movimentos anti-racistas, bem como o masculinismo sexista dos movimentos da esquerda branca masculina reproduziram o lugar interdito das mulheres negras nas disputas políticas.

Porém, que lugar interdito é esse e como políticas de emancipação da população negra podem surgir dessa fronteira ambígua e complexa habitada pelas mulheres negras? Lembrar da noção de fronteira do pensamento feminista chicano de Gloria Anzaldúa (2010) torna mais inteligível essa territorialidade de mulheres não-brancas e hegemônicas. Segundo Anzaldúa (2010), a ideia de fronteira pode ser aplicada enquanto

e criar em 1851 a Escola Miner de formação de Professoras Negras em Washington, são grandes exemplos de sororidade e solidariedade branca feminina. A taxa de analfabetismo da população negra estadunidense no pós-Guerra Civil era de cerca 95%, pois o acesso à educação era proibido para pessoas escravizadas. O Período da Reconstrução do Partido Republicano na segunda metade do século XIX compreendeu a implementação de políticas de criação de escolas e universidades negras, bem como campanhas educacionais de incentivo ao voluntariado feminino para mulheres brancas do Norte alfabetizarem a população negra do Sul. A ascensão do Partido Democrata ao poder ocasionou a derrocada do Período da Reconstrução inaugurando a infernal Era Jim Crow segregacionista, bloqueando o processo de emancipação das populações negras nos Estados Unidos.



um conceito geopolítico, o qual pode se referir a tensões culturais, políticas e econômicas vivenciadas na fronteira entre países distintos ou territórios marcados por contextos históricos de opressões e violências dos projetos coloniais escravocratas europeus; utilizada para localizar um não-lugar existencial de dor e sofrimento, atravessado por territorialidades estabelecidas pelos marcadores das diferenças (raça, gênero, classe, sexualidade, dentre outros), que proporcionam e atravessam os sujeitos por experiências múltiplas e incompatíveis com o pensamento rígido e binário ocidental; bem como uma fronteira atravessada por campos de potência e força inventiva, criativa, libertária e resistência para geração de práticas de transgressão e subversão enquanto um contra-poder ao modelo cultural ocidental estabelecido. Pensar não só as mulheres, como também os homens negros a partir da noção de fronteira é perceber que ambos, mesmo que estabelecidos e posicionados de maneiras bastante complexas e ambíguas nas hierarquias de poder, possuem um *status* social em comum que pode corroborar para a configuração de projetos políticos conjuntos. Isolar-se em trincheiras específicas nos campos de batalha racial, gênero ou classe, fragmenta e desestabiliza as estratégias políticas de ataque e aniquilação do grande monstro que é o patriarcado de supremacia branca, que se apresenta historicamente como um inimigo em comum para ambos. A compreensão dos sujeitos situados nas fronteiras constitui uma urgência anunciada pelas feministas negras na contemporaneidade e deve direcionar os projetos políticos das populações negras para o século XXI.

Patricia Hill Collins (2016) nomeia esse *status* de fronteira das mulheres não-brancas cartografado por Gloria Anzaldúa como *status* de *outsider within*. A emergência dos tensionamentos das mulheres negras no Movimento Negro e no Movimento Feminista na década de 1970, fato mencionado anteriormente, estabeleceu um novo ponto de vista e perspectiva particular, especial e singular de visão da realidade, da sociedade e do mundo, compreendendo a marginalidade e a subalternidade enquanto fontes de potência política, intelectual e criativa para as mulheres negras, propiciando um terreno fértil para florescimento de uma epistemologia feminista negra, caracterizada por um caráter multidisciplinar, a produção e o direcionamento de conhecimentos sobre e para mulheres negras e a interligação de experiências de vidas em uma grande rede de compartilhamento.



Collins (2016) apresenta alguns elementos-chave do pensamento feminista negro que são propostos aqui como um tutorial para nós homens negros começarmos a refletir sobre o quanto as contribuições da epistemologia feminista negra podem corroborar para pensar não somente em um projeto consistente de emancipação e libertação das mulheres negras, já em curso de implementação, como também para nosso povo negro e todos os sujeitos que, de alguma maneira, são subordinados e oprimidos por algum marcador social da diferença que possamos ter em comum. Este artigo consiste em uma provocação inicial para a necessidade de prática da coalização política principalmente entre homens e mulheres negrxs constantemente envolvidos em disputas endógenas de poder nas comunidades negras. Óbvio que tais disputas precisam ser melhor problematizadas e este ainda não é o meio apropriado¹⁵. Pensar em novas políticas de masculinidades para os homens negros a partir das perspectivas estabelecidas pelas mulheres negras pode ser um caminho virtuoso de reconstrução até das lutas de ativismo e militância negra na atualidade, ainda demasiadamente infiltradas por discursos e práticas machistas, sexistas e LGBTfóbicas.

Particularmente, o *#TheGangstaProjectIII* tem iniciado um processo de construção de uma crítica sistemática das políticas de masculinidade na cultura Hip Hop dos Estados Unidos a partir das contribuições do Feminismo Negro. As masculinidades negras *rappers*, principalmente com a emergência do *Gangsta Rap* no fim da década de 1980, provocaram um grande impacto não somente na cultura artística e musical negra, como também nas relações de gênero e sexualidade marcadas pelas questões raciais nas comunidades negras estadunidenses. Estereotipadas enquanto tipos de masculinidades nocivas e tóxicas, interconectadas e influenciadas por outros tipos de masculinidades negras marcadas pela vulnerabilidade, criminalidade, exploração sexual de mulheres e obsessão pela ascensão social meteórica e pelo poder, as masculinidades *rappers* tornaram-se grandes inimigas das políticas de ativismo e militância negra mais conservadoras e, principalmente, alvo de árduas críticas do Feminismo Negro. Além de propagarem modelos de masculinidade que podem influenciar homens negros a adotarem estilos de vida de extrema deterioração e risco social, o *Gangsta Rap* reflete

¹⁵ Na produção intelectual brasileira atual sobre homens negros e masculinidades negras existem reflexões, discussões e críticas a esses problemas sendo desenvolvidas e difundidas, como podemos constatar em CONRADO e RIBEIRO (2017). As perspectivas teórico-metodológicas das epistemologias feministas negras são consideradas nesse artigo como mapas para a busca e localização de caminhos possíveis para novas políticas das masculinidades negras.



construções específicas de gênero e sexualidade e como as relações inter-gêneros, bem como suas possíveis dissidências, são construídas e estabelecidas nas comunidades negras, presentes nos discursos da música Rap e em sua produção audiovisual de videoclipes.

A primeira etapa do *#TheGangstaProject*¹⁶ procurou compreender como as masculinidades negras do *Gangsta Rap* foram construídas, quais são os tipos de masculinidades negras às quais elas estão interconectadas e como a produção audiovisual dos videoclipes subverteu a tradição herdada de representações iconográficas sobre os homens negros, que compõe o imaginário racial dos Estados Unidos. Segundo a intelectual negra bell hooks (1995), o colonialismo escravocrata europeu impôs através dos tempos um regime iconográfico de representação sobre as pessoas negras com a finalidade de dominar, disciplinar e explorar os corpos racializados e generificados. Os mitos e estereótipos raciais, conceituados pela intelectual negra Patricia Hill Collins (2016) como imagens de controle, foram propagados através dos tempos a partir de imagens satanicamente repetidas nos discursos para a manutenção do poder da branquitude e do *status quo* das relações raciais, como também foram reinventados e perpetuados com o fim do trabalho escravo e da colonização no século XIX. O cinema e a televisão no século XX tornaram-se os principais dispositivos de propagação de mitos e estereótipos sobre as pessoas negras. A produção de videoclipes pela cultura Hip Hop no processo de industrialização da música Rap integra um dos fenômenos de transgressão e subversão da tradição herdada de mitos e estereótipos raciais pelas plataformas midiáticas, reflexo da implementação de políticas de agenciamento e construção de imagens e representações de si engendradas pelo Movimento Negro desde a era de lutas pelos direitos civis.

As epistemologias produzidas por intelectuais negras¹⁷ são os principais fundamentos teóricos e metodológicos que estruturam o *#TheGangstaProject* e são a

¹⁶ Ver: SANTOS, Daniel Dos. **Como Fabricar um Gangsta: Masculinidades Negras nos Videoclipes de Jay-Z e 50 Cent**. Salvador: Devires, 2019.

¹⁷ O pensamento feminista negro ou afrocêntrico produz uma crítica aos privilégios epistêmicos que as feministas mentoras do pensamento feminista perspectivista possuem em sua branquitude, além de desconfiar e questionar o pensamento feminista pós-moderno pela ausência de abordagens raciais em suas práticas científicas desconstrucionistas. Defende a especificidade epistêmica e a necessidade política de feminismos plurais que atendam às necessidades localizadas das mulheres, além de sistematizarem o conceito de interseccionalidade enquanto perspectiva científica. O pensamento feminista negro ou afrocêntrico enfraquece a neutralidade da ciência e o essencialismo e universalidade da concepção da categoria mulher enquanto sujeitos unitários. É um pensamento comprometido com uma ética do cuidado,



partir delas que os questionamentos sobre construções de masculinidades negras são elaborados. A posicionalidade ambígua das masculinidades negras, estabelecidas entre o signo da raça e do gênero podem gerar processos de subordinação e opressão dos homens negros, mas, como uma avenida de mão dupla, também pode gerar possíveis privilégios e poder de subordinação e opressão para os mesmos. O homem negro ocupa uma localização específica, contraditória e paradoxal nas hierarquias de gênero e sexualidade por também ser atravessado de maneira interseccional por processos históricos de racialização e generificação. No caso das masculinidades negras, ao mesmo tempo que homens negros inventam seus processos de empoderamento para contestarem e sobreviverem em uma sociedade profundamente racista que é os Estados Unidos, agenciando a produção de imagens de si através dos discursos poéticos do Rap e das produções audiovisuais dos videoclipes, eles também produzem simultaneamente dinâmicas de subordinação e opressão. Um exemplo bastante recorrente são as imagens hipersexualizadas das mulheres negras nos videoclipes de Rap, que ratificam os mitos e estereótipos sexuais presentes no imaginário coletivo racial desde o colonialismo escravocrata, objetificando e desumanizando as mulheres negras.

A crítica feminista negra não objetiva demonizar os homens negros como os únicos responsáveis pelos processos e dinâmicas de subordinação das mulheres negras. A epistemologia feminista negra revela que o homem negro é uma vítima em potencial do racismo e do patriarcado e deve compreender melhor a sua posição nos campos de força dos jogos de poder, sendo a lógica do pensamento interseccional uma perspectiva relevante para esse exercício. O racismo desumaniza os homens negros há séculos, expulsando a humanidade de seus corpos e inferiorizando-os como bestas e monstros em sua abjeção social. Ao mesmo tempo, os possíveis privilégios de ser homem em uma sociedade patriarcal podem ser também conferidos aos homens negros pelo signo do gênero. Um dos desafios do pensamento feminista negro é compreender como raça e gênero se articulam para produzir, ora efeitos de subordinação e opressão, ora efeitos de

da responsabilidade pessoal e do diálogo no processo de construção do conhecimento científico, representando a vida negra em sua plenitude, criatividade e complexidade. A afirmação das especificidades e pluralidades das mulheres converge com outros pensamentos feministas, como o pensamento feminista decolonial. É importante ressaltar que a emergência dessa perspectiva de pensamento feminista caracteriza a quarta onda do Feminismo, marcado pela pluralização dos movimentos feministas e multiplicação das identidades das mulheres que expandiram e complexificaram as redes de ativismo e militância política das mulheres, na transição dos séculos XX e XXI.



privilégios e poder aos homens negros para aí sim elucidar de uma maneira mais ampla e profunda os processos de subordinação e opressão das mulheres negras.

Entretanto, o *#TheGangstaProject* é alinhado ao pensamento feminista negro, principalmente no que se refere aos seus principais princípios, que regem intelectual, ideológica e politicamente as agendas do Feminismo Negro, como os apresentados por Patricia Hill Collins (2016):

- 1) O princípio de *autodefinição*: consiste na compreensão de como o sistema iconográfico de representação e o imaginário coletivo racial representam as mulheres negras a partir de mitos e estereótipos, gerando práticas de subordinação, opressão e violência simbólica. A partir desse princípio é também possível refletir sobre como os homens negros também são atingidos e impactados por esse sistema. A colonialidade do poder incide sobre os corpos a partir de dinâmicas de racialização e generificação, posicionando os homens negros e as mulheres negras de maneiras diferenciadas mediante as articulações dos signos de raça e gênero nas sociedades. A tradição herdada do racismo determina formas e modelos de representar homens e mulheres negrxs para controlar seus corpos e posicioná-los de maneiras especificamente desiguais nas hierarquias de poder. Torna-se então necessário o desmonte e desconstrução dos discursos iconográficos para poder compreender melhor esse fenômeno.
- 2) O princípio de *autoavaliação*: consiste na contestação, crítica e subversão do regime iconográfico de representação sobre as mulheres negras, a partir da prática e agenciamento das representações e imagens de si, bastante presente na produção audiovisual da cultura Hip Hop produzida principalmente por homens negros que aqui é compreendida como uma potente prática política. Novas formas de representação de feminilidades e masculinidades negras são produzidas em oposição aos mitos e estereótipos racistas presentes e sedimentados no imaginário coletivo racial. Os processos de subjetivação de homens e mulheres negrxs são altamente influenciados não só pelas imagens racializadas como também generificadas, determinando o que é ser homem e mulher negrx na sociedade, gerando impactos sociais e sobretudo psicológicos nos processos de internalização de determinados modelos e valores.



- 3) O princípio da *natureza interligada das opressões*: os processos de subordinação e opressão das mulheres e homens negrxs, apesar de centralizarem os signos de raça e gênero por serem socialmente estruturais, integram uma complexa matriz de opressões, transversalizada por outros marcadores socioculturais, como classe, etnia, nacionalidade, religiosidade, dentre outros que agem em uma espécie de simbiose, exigindo uma compreensão mais holística dos sujeitos sociais. O conceito de interseccionalidade é fundamental para a compreensão das dinâmicas de raça e gênero quando se trata de homens negros: enquanto o signo da raça é um fator de desumanização, inferiorização, subalternização e abjeção, o signo do gênero é um fator gerador de privilégios e poder, formando um paradoxo no qual os homens negros estão inseridos. Como possuir privilégios do homem branco, que ocupa o topo da hierarquia de poder, se o homem negro não é considerado sequer como homem na sociedade racista? Como um sujeito oprimido pode também gerar práticas de opressão? O conceito de interseccionalidade auxilia no exercício de tensionar os limites e as fronteiras identitárias e as posicionalidades dos sujeitos na tentativa de compreensão dos mecanismos que movem as dinâmicas de subordinação e opressão.
- 4) O princípio da *importância das artes e culturas das mulheres negras*: a produção artística e cultural das mulheres negras na diáspora evidencia que as artes são meios de sublimação das opressões, expressão e incitação da criatividade, prática política e transcendência humana, aspectos que caracterizam as matrizes das culturas vernaculares na diáspora negra, como a cultura Hip Hop. As manifestações artísticas e culturais revelam a diversidade e multiplicidade não só de mulheres e feminilidades negras, como também de homens e masculinidades negras. Outras práticas socioculturais, como a maternidade negra, a irmandade feminina (*sisterhood*), regidas pela ética do cuidado e da produção de conhecimentos pela prática do diálogo são extremamente relevantes para percebermos que o pensamento feminista negro é feito pelas e para as mulheres, mas também pode ser compartilhado para desconstruir e repensar não só as masculinidades negras como também as sociedades e o mundo que vivemos.



Problemas específicos precisam de soluções específicas. Os homens negros e suas masculinidades precisam começar a, pelo menos, descer aos seus próprios infernos como dizia Frantz Fanon e isso não é um desafio de fácil execução. Muito menos nós vamos conseguir fazer isso sozinhos e precisamos sim de ajuda, pois não somos meros corpos vulnerabilizados, mas também herdeiros bastardos dos dividendos e privilégios do patriarcado, (re)produtores de normatividades, praticantes de dinâmicas de subordinações, violências e opressões de gênero de várias ordens e categorias, que não estão desassociadas do signo da raça. Gênero só pode ser compreendido para nós homens e mulheres negrxs na diáspora africana como uma categoria imposta e marcada a ferro em nossas peles pretas pelo colonialismo europeu, tal qual como a categoria raça. É necessário compreender que, como argumenta María Lugones (2014), é no lugar da diferença colonial que o poder de desumanização e abjeção dos corpos negros agiu e operou historicamente, e essa diferença não foi estabelecida única e exclusivamente pelo signo da raça. Raça e gênero são variáveis e categorias inter-dependentes que se inter-relacionam e as opressões que podem ser geradas por ambas categorias estão inscritas de maneira interseccional. A experimentação dos marcadores sociais das diferenças de gênero, sexualidade e classe ocorrem através da raça, pois esta é uma categoria estrutural nas sociedades que sofreram o impacto do colonialismo escravocrata europeu.

Em concordância com Avtar Brah (2006), o signo da raça possui diferentes significados e funções no interior dos discursos, bem como diversas origens históricas. Seus diferentes significados geram diferentes estratégias e resultados políticos, além de estabelecer os limites e fronteiras étnico-raciais entre os sujeitos. É um signo que tem potência de articulação com outras estruturas construídas e impostas pelo patriarcado de supremacia branca, estabelecendo o exercício constante de dominação e subordinação. Por sua vez, o signo do gênero não compreende categorias unitárias e fixas que estão compreendidas nas dicotomias da modernidade colonial europeia. Suas especificidades são constituídas em configurações específicas de relações de gênero na história, compostas por inúmeros discursos de masculinidades e feminilidades construídas em trajetórias, circunstâncias e experiências particulares e localizadas compartilhadas.



Juntamente com a categoria classe, compõem as macro-estruturas de opressão que funcionam através das micro-estruturas de opressão, como o racismo, machismo, sexismo, LGBTfobias e o capitalismo, de acordo com Patricia Hill Collins (2016). São categorias estruturais das relações sociais: não possuem autonomia, não atuam separadamente, não agem independentemente pois estão imbricadas e em profunda simbiose, se interseccionam, reforçam e modificam mutuamente.

A não compreensão das configurações e funcionamentos complexos das matrizes de opressão torna totalmente inviável um novo projeto político que contemple demandas de homens e mulheres negras, bem como suas possíveis dissidências sexuais e de gênero no interior das comunidades negras. O pensamento feminista negro pode sim nos impulsionar e fazer escalar os precipícios das estruturas do sistema moderno colonial de raça e gênero que nós negrxs fomos lançadxs, funcionar como um mapa que nos guie para sair desse grande labirinto dos jogos de poder. Por enquanto, o terror e o medo do grande monstro das opressões é o que nos move a continuar resistindo e sobrevivendo, porém atônitxs pela vertigem de nossos próprios problemas. A urgência de uma descolonização de gênero, apontada por María Lugones (2014), já era vociferada pelas mulheres negras há muito tempo, porém os ouvidos surdos não foram atingidos por seus discursos que reverberam até hoje devido sua força. Devemos de uma vez por todas entender que não haverá superação das tradições herdadas do colonialismo sem um processo árduo e intenso de descolonização de raça e gênero. Em plena concordância com Lugones (2014), não existe descolonização somente com a descolonização racial: é extremamente necessário descolonizar os gêneros. A colonialidade do poder ainda contamina e age sobre nossos corpos principalmente através do signo do gênero e só a tomada dessa consciência é o fator que proporcionará aos homens e mulheres negrxs melhores condições para pensar e propor novas políticas de masculinidades e feminilidades para as populações negras diaspóricas no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. “Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam”. *In: Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts*. vol. 4, n. 1. Autumn, 2010.

BRAH, Avtar. “Diferença, Diversidade, Diferenciação”. *In: Cadernos Pagu*. n. 26, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>>. Acesso em: 24 set. 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARBY, Hazel V. “Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad feminina”. In: JABARDO, Mercedes (Org.). *Feminismos Negros: Uma Antologia*. Madri: Traficantes de Sueños, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: *Revista Sociedade e Estado*. vol. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21515>>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”. In: MORENO, Renata (Org.). *Cadernos Sempre Viva – Reflexões e Práticas de Transformação Feminista*. São Paulo: Sempre Viva, 2016. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2016/01/20/reflexoes-e-praticas-de-transformacao-feminista/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. “Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 21, nº 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. “Homem Negro, Negro Homem: Masculinidades e Feminismo Negro em Debate”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 25, nº 1, p. 73-97, jan./abr. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 10, nº 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 24 set. 2018.

CURIEL, Ochy. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde america latina y el caribe*. Disponível em: <http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIFUSÃO HERÉTICA. *Textos Escolhidos de Audre Lorde*. Disponível em: <<http://www.projetoiraizforte.com.br/biblioteca/textos-escolhidos-de-audre-lorde/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

HOOKS, bell. “Intelectuais Negras”. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 03, n. 02, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. “Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 16, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/15309/10931>>. Acesso em: 24 set. 2018.

LUGONES, María. “Rumo a um Feminismo Decolonial”. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 18 set. 2018.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. “As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política



heterossexual". *In*: Revista Estudos Feministas. vol. 21, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200003/25775>>. Acesso em: 24 set. 2018.

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. 4. ed São Paulo: Perspectiva, 2006.

NYE, Andrea. Teoria Feminista e as Filosofias do Homem. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.

SANTOS, Daniel Dos. Como Fabricar um Gangsta: Masculinidades Negras nos Videoclipes de Jay-Z e 50 Cent. Salvador: Devires, 2019.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, "Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?". *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador: REDOR; NEIM – FFCH/UFBA, 2002 (coleção Bahianas).

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *In*: Revista Educação e Realidade. vol. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequequ=1>. Acesso em: 24 set. 2018.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement. Disponível em: <<http://circuitous.org/scraps/combahee.html>>. Acesso em: 24 set. 2018.

Recebido em: 30/09/2019

Aceito em: 30/10/2019